



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6º BIMESTRE DE 2018 – CONSOLIDADO ANUAL

DO CUMPRIMENTO DE METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS, DO CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO RELATIVO ÀS DESPESAS DO EXERCÍCIO E DAS METAS BIMESTRAIS DE RESULTADO PRIMÁRIO, BEM COMO DA DEMONSTRAÇÃO DE COMPATIBILIDADE DAS METAS COM OS MONTANTES DAS RECEITAS E DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018.

Nos termos dos artigos 8º e 9º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e do Decreto Estadual nº 53.894, de 19 de janeiro de 2018, em conformidade com a Lei Estadual nº 15.018, de 17 de julho de 2017 (Lei de Diretrizes Orçamentárias 2018) e, ainda, com o disposto no artigo 47, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

INFORME DO PODER EXECUTIVO AOS DEMAIS PODERES E ÓRGÃOS E À COMISSÃO DE FINANÇAS, PLANEJAMENTO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Fevereiro de 2019



SUMÁRIO EXECUTIVO

Seguindo orientação da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Governo do Estado do RS publica o Relatório de Execução Orçamentária – fechamento de 2018, que trata do cumprimento de metas de arrecadação das receitas orçamentárias, do cronograma de desembolsos e das metas de resultado primário do exercício.

O resultado primário para o Estado no ano de 2018 foi um déficit no valor de R\$ 257,8 milhões, frustrando a meta de superávit de R\$ 4,237 bilhões estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Na RECEITA, os itens Receita Tributária, Alienação de Bens e Receita de Contribuições superaram os valores estimados no orçamento em R\$ 1,720 bilhão, R\$ 837,8 milhões e R\$ 297,4 milhões, respectivamente. Podemos ainda citar Transferências Correntes, Operações de Crédito e Receita Patrimonial, que ficaram abaixo das previsões orçamentárias simultaneamente em R\$ 456,2 milhões, R\$ 377,9 milhões e R\$ 106,8 milhões. Estes dados podem ser verificados na Tabela 3, página 9.

No lado da DESPESA, o grupo Juros e Encargos da Dívida foi o que mais se destacou pela execução abaixo do orçamento, R\$ 1,241 bilhão inferior ao previsto. Já os grupos Outras Despesas Correntes (ODC), Pessoal e Encargos Sociais, Investimentos e Amortização da Dívida superaram os valores planejados em R\$ 658,3 milhões, R\$ 246,5 milhões, R\$ 85,2 milhões e R\$ 57,9 milhões, respectivamente. Dentro do grupo ODC, o item Distribuição de Receitas do Exercício teve uma execução de R\$ 584,4 milhões acima do previsto. Dados referentes à Despesa estão disponíveis na Tabela 4, página 10.



SUMÁRIO

1	Das considerações iniciais	5
2	Da meta de resultado primário para 2018	6
3	Dos resultados alcançados no ano de 2018.....	8
3.1	Avaliações do resultado primário anual de 2018.....	8
3.2	Avaliações das receitas no ano de 2018.....	9
3.3	Avaliações das despesas no ano de 2018.....	10
4	Da economia orçamentária primária efetuada em 2018	11



ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Metas de resultado primário, conforme LDO 2018	7
Tabela 2 – Resultado primário realizado no ano de 2018	8
Tabela 3 – Receita prevista e realizada no ano de 2018	9
Tabela 4 – Despesa prevista e realizada no ano de 2018	10
Tabela 5 – Contingenciamento requerido para 2018 – desdobramento.....	12



1 DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Lei Complementar Federal nº 101/2000, conhecida por Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), regulamenta os artigos 163 a 169 da Constituição Federal de 1988 e juntamente com a Lei Federal nº 4.320/1964 compõem as normas gerais referentes ao regramento das finanças públicas no Brasil.

Em síntese, a LRF estabelece uma série de normas atinentes às finanças públicas, direcionadas para a responsabilidade na Gestão Fiscal. Essa responsabilidade, nos termos do §1º do seu art. 1º, corresponde a uma ação planejada e transparente, que visa a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

Neste sentido, a LRF determina que, verificado ao final de um bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), os Poderes e o Ministério Público promoverão, nos trinta dias subsequentes, por ato próprio e nos montantes necessários, limitação de empenho e movimentação financeira.

O Decreto Estadual 53.894/2018, em seu art. 3º, dispõe que serão publicados, bimestralmente, os valores efetivamente arrecadados, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso revisados, que servirão de parâmetro para limitação de empenho e movimentação financeira, nos termos dos artigos 8º, 9º e 13 da LCF 101/00, caso houver expectativa de não cumprimento da meta de resultado primário.

Na ocorrência desta hipótese, conforme disposto na Lei Estadual nº 15.018/2017 (LDO 2018), o Poder Executivo apurará e informará o montante da limitação de empenho à Assembleia Legislativa, ao Poder Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública.



2 DA META DE RESULTADO PRIMÁRIO PARA 2018

O Anexo III do Decreto nº 53.894/2018 estabeleceu as metas bimestrais para o resultado primário de 2018, no valor anual de R\$ 4,237 bilhões, em conformidade com a Lei nº 15.018/2017 (LDO 2018). A **Tabela I** apresenta as metas de resultado primário.

A Lei Orçamentária Anual 2018 (LOA 2018), Lei nº 15.054, de 20 de dezembro de 2017, estimou uma receita total de R\$ 70,069 bilhões e uma despesa total do mesmo montante. Cabe destacar que, nesses totais, estão computados R\$ 12,842 bilhões de transferências intraorçamentárias. Observa-se que essas transferências (dupla contagem) não causam impacto na projeção dos resultados primário e orçamentário anuais, pois estão consignadas tanto na receita quanto na despesa.

As metas bimestrais de arrecadação das receitas orçamentárias foram projetadas com base na totalidade dos valores consignados no Orçamento 2018, sendo os principais critérios:

- a) **Receitas Correntes:** valores inscritos no Orçamento de 2018, com a sazonalidade da execução orçamentária adaptada;
- b) **Transferências Intraorçamentárias:** compatibilizadas com a programação de despesas intraorçamentárias;
- c) **Receitas de Capital:** sazonalidade da execução orçamentária adaptada para 2018.

As despesas foram desdobradas com base na totalidade dos valores consignados no Orçamento 2018, sendo os principais critérios:

- a) **Pessoal e Encargos Sociais:** valor total previsto no Orçamento de 2018, com sazonalidade decorrente do pagamento de férias, crescimento vegetativo da folha e leis aprovadas. O décimo terceiro salário foi apropriado à razão de 1/12 por mês;
- b) **Outras Despesas Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras:** valores consignados no Orçamento 2018, com sazonalidade característica dos respectivos itens, considerando a previsão da evolução das receitas, exceto para Distribuição de Receitas do Exercício (transferências aos municípios);
- c) **Distribuição de Receitas do Exercício (transferências aos municípios):** valor apropriado proporcionalmente à previsão mensal de ingresso de receitas sobre as quais incidem a repartição;
- d) **Dívida:** valor total consignado no Orçamento de 2018, com sazonalidade da execução orçamentária adaptada;
- e) **Reserva de Contingência:** valor consignado no Orçamento de 2018, apropriado linearmente no ano.

É importante ressaltar que o resultado primário previsto pela LOA 2018 é de R\$ 4,237 bilhões, o mesmo montante da LDO 2018. Além disso, o Decreto Estadual nº 53.894/2018, que desdobrou a meta do resultado primário do orçamento 2018, não apropriou preliminarmente qualquer contingenciamento.

**Tabela I – Metas de resultado primário, conforme LDO 2018**

Em R\$ 1.000*

ESPECIFICAÇÃO	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total 2018
RECEITA (Exceto intraorçamentária)	9.330.417	10.012.443	9.246.378	8.728.081	9.317.847	10.591.445	57.226.611
(-) Aplicações Financeiras	37.225	46.586	37.941	39.326	37.958	36.438	235.475
(-) Operações de Crédito	42.684	10.463	5.247	8.330	277.788	303.562	648.073
(-) Alienação de Bens	910	605	649	4.300	2.466	5.254	14.184
(-) Amortização de empréstimos	2.149	3.438	4.671	7.206	7.992	2.978	28.434
(-) Anulação de Restos a Pagar	0	0	0	0	0	0	0
RECEITA PRIMÁRIA (Exceto intraorçamentária) (A)	9.247.449	9.951.351	9.197.870	8.668.920	8.991.643	10.243.212	56.300.444
(+) Transferências intraorçamentárias	2.025.797	2.208.666	2.287.011	1.834.948	2.369.212	2.116.786	12.842.420
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (B)	11.273.246	12.160.016	11.484.881	10.503.868	11.360.856	12.359.997	69.142.864
DESPESA (Exceto intraorçamentária)	9.220.651	9.557.511	9.414.566	9.271.133	9.291.588	10.471.161	57.226.611
(-) Encargos da dívida	631.190	618.627	631.141	634.087	653.334	643.855	3.812.233
(-) Amortização da dívida	218.519	208.747	188.416	267.305	229.996	228.067	1.341.049
(-) Concessão de empréstimos	301	564	808	1.142	3.179	6.738	12.731
DESPESA PRIMÁRIA (Exceto intraorçamentária) (C)	8.370.642	8.729.573	8.594.202	8.368.599	8.405.080	9.592.501	52.060.597
(+) Transferências intraorçamentárias	2.025.797	2.208.666	2.287.011	1.834.948	2.369.212	2.116.786	12.842.420
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (D)	10.396.438	10.938.239	10.881.213	10.203.547	10.774.293	11.709.287	64.903.017
RESULTADO (Exceto intraorçamentária) (A-C)	876.807	1.221.777	603.668	300.320	586.563	650.711	4.239.847
RESULTADO TOTAL ¹ (B-D)	876.807	1.221.777	603.668	300.320	586.563	650.711	4.239.847
META DE RESULTADO PRIMÁRIO, CONFORME ANEXO II.a LDO²	876.274	1.221.035	603.301	300.138	586.207	650.315	4.237.270

FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado do RS - SEFAZ/RS

* Existem expressões de valores ocultas nas unidades inferiores a R\$ 1 mil.

¹ Resultados bimestrais decorrentes do desdobramento das receitas e despesas previstas na Lei Orçamentária.² Desdobramentos bimestrais da meta anual de resultado primário estipulado no Anexo II.a da Lei nº 15.018/2017 (LDO 2018), calculados proporcionalmente aos resultados bimestrais decorrentes do desdobramento das receitas e despesas previstas na Lei Orçamentária.



3 DOS RESULTADOS ALCANÇADOS NO ANO DE 2018

3.1 Avaliações do resultado primário anual de 2018

O Decreto nº 53.894/2018, com base nos valores anuais constantes na Lei de Orçamento do Estado, desdobrou a meta anual de resultado primário prevista na LDO de R\$ 4,237 bilhão (**Tabela 1**).

Como pode ser observado na **Tabela 2**, o resultado primário realizado em 2018 foi negativo em R\$ 257,8 milhões, ou seja, R\$ 4,495 bilhões abaixo da meta estabelecida na LDO. Sem as operações intraorçamentárias, o resultado primário realizado em 2018 seria negativo em R\$ 431,5 milhões, o que representaria R\$ 4,669 bilhões abaixo da meta estabelecida na LDO.

Tabela 2 – Resultado primário realizado no ano de 2018

ESPECIFICAÇÃO	BIMESTRES						TOTAL
	REALIZADO						
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	
RECEITA (Exceto intraorçamentária)	8.476.683	9.139.801	7.768.912	8.177.184	8.498.284	11.171.400	53.232.265
(-) Aplicações Financeiras	44.385	40.206	23.222	48.660	94.124	53.988	304.585
(-) Operações de Crédito	2.519	45.409	0	127.423	2.167	92.681	270.199
(-) Alienação de Bens	21.024	499.545	76.076	20.949	43.947	190.435	851.975
(-) Amortização de empréstimos	6.811	2.606	1.380	9.886	2.193	2.193	25.069
(-) Anulação de Restos a Pagar ²	737	8.849	228	6.135	9.641	28.164	53.753
RECEITA PRIMÁRIA (Exceto intraorçamentária) (A)	8.401.207	8.543.186	7.668.008	7.964.131	8.346.212	10.803.939	51.726.684
(+) Transferências intraorçamentárias	2.018.962	2.514.204	1.895.785	2.293.770	1.910.780	2.751.599	13.385.100
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (B)	10.420.169	11.057.390	9.563.793	10.257.902	10.256.992	13.555.538	65.111.783
DESPESA (Exceto intraorçamentária)	8.224.279	10.648.237	8.837.914	8.624.411	9.026.185	10.782.687	56.143.713
(-) Encargos da dívida	21.686	973.154	436.793	203.315	459.968	476.583	2.571.500
(-) Amortização da dívida	56.953	637.460	320.498	-94.263	227.896	250.438	1.398.981
(-) Concessão de empréstimos	0	1.127	4.046	0	2.986	6.873	15.032
DESPESA PRIMÁRIA (Exceto intraorçamentária) (C)	8.145.640	9.036.495	8.076.578	8.515.360	8.335.335	10.048.793	52.158.201
(+) Transferências intraorçamentárias	1.611.060	2.914.326	2.173.392	2.858.310	2.265.969	1.388.356	13.211.413
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (D)	9.756.700	11.950.821	10.249.971	11.373.670	10.601.304	11.437.149	65.369.614
RESULTADO (Exceto intraorçamentária) (A-C)	255.568	-493.309	-408.571	-551.229	10.877	755.146	-431.517
RESULTADO PRIMÁRIO (B-D)	663.469	-893.431	-686.178	-1.115.769	-344.311	2.118.389	-257.830

FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado do RS - SEFAZ/RS.

¹ Existem expressões de valores ocultas nas unidades inferiores a R\$ 1.000.

² Neste item, foram consideradas apenas as Receitas de Anulação de Restos a Pagar não primárias.

Neste relatório, a fórmula para o cálculo do resultado primário considera a receita primária total e o a despesa primária total empenhada:

RESULTADO PRIMÁRIO = (Receita Primária Total - Despesa Primária Total Empenhada)

Porém, o MDF – Manual de Demonstrativos Fiscais (2018, 8ª edição¹) do Tesouro Nacional alterou a metodologia:

RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha = [Receita Primária Total - (Despesas Primárias Pagas + Restos a Pagar Processados Pagos + Restos a Pagar Não Processados Pagos)]

Pela fórmula antiga, o RS teve um déficit primário de R\$ 257,8 milhões em 2018 e, pela nova, um superávit primário de R\$ 793,9 milhões em 2018.

¹ Disponível em: <https://tesouro.fazenda.rs.gov.br/conteudo/6569/relatorio-de-execucao-orcamentaria---lrf>.



3.2 Avaliações das receitas no ano de 2018

O comparativo entre as receitas previstas pelo Decreto Estadual nº 53.894/2018 e as receitas realizadas em 2018 está apresentado na **Tabela 3**.

De acordo com a referida tabela, a receita total, exceto operações intraorçamentárias, foi de R\$ 53,232 bilhões, ficando R\$ 3,994 bilhões abaixo do valor previsto de R\$ 57,227 bilhões.

A receita primária, excluídas as operações intraorçamentárias, (i.e., receita total menos operações intraorçamentárias, aplicações financeiras, anulação de restos a pagar, operações de crédito, alienação de bens e amortização de empréstimos) também foi menor do que a previsão do Decreto Estadual nº 53.894/2018, de 4,574 bilhões. A receita primária, exceto operações intraorçamentárias, foi de R\$ 51,727 bilhões, ao passo que o valor previsto era R\$ 56,300 bilhões.

As maiores frustrações de receitas foram dos grupos Transferências Correntes, Operações de Crédito e Receita Patrimonial, com execuções concomitantes de R\$ 456,2 milhões, R\$ 377,9 milhões e R\$ 106,8 milhões menores do que as estimadas no orçamento. Já os grupos Receita Tributária, Alienação de Bens e Receita de Contribuições superaram os valores estimados no orçamento em R\$ 1,720 bilhão, R\$ 837,8 milhões e R\$ 297,4 milhões, respectivamente.

Tabela 3 – Receita prevista e realizada no ano de 2018

RECEITAS	Até 6º Bimestre 2018		
	Previstas Conf. Decreto	Realizadas	Realizadas (-) Decreto
RECEITA TRIBUTÁRIA	39.900.796	41.620.558	1.719.762
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	3.300.370	3.597.790	297.421
RECEITA PATRIMONIAL	978.616	871.830	-106.786
<i>dlq Aplicações Financeiras</i>	235.475	304.585	69.110
RECEITA AGROPECUÁRIA, INDUSTRIAL E DE SERVIÇOS	351.881	346.561	-5.321
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.097.259	8.641.054	-456.205
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.653.185	2.431.498	-6.221.687
RECEITA DE ANULAÇÃO DE RESTOS A PAGAR	0	553.403	553.403
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-5.920.667	-6.184.320	-263.653
TOTAL RECEITAS CORRENTES (Exceto Intraorçamentárias)	56.361.440	51.878.375	-4.483.066
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	648.073	270.199	-377.874
ALIENAÇÃO DE BENS	14.184	851.975	837.790
AMORTIZAÇÃO EMPRÉSTIMOS	28.434	25.069	-3.365
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL e OUTRAS DE CAPITAL	174.479	206.647	32.168
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL (Exceto Intraorçamentárias)	865.170	1.353.890	488.720
TOTAL RECEITAS (Exceto Intraorçamentárias)	57.226.611	53.232.265	-3.994.346
RECEITA CORRENTE INTRAORÇAMENTÁRIA	12.842.420	13.385.100	542.680
TOTAL RECEITAS	70.069.031	66.617.365	-3.451.666
Das quais Receita Primária Total	69.142.864	65.111.783	-4.031.081
Das quais Receita Primária Exceto Intraorçamentária	56.300.444	51.726.684	-4.573.761

FONTE: Decreto Estadual 53.894/2018 com destaque das Receitas Primárias; SEFAZ/RS sistema DW.

¹ Existem expressões de valores ocultas nas unidades inferiores a R\$ 1.000.



3.3 Avaliações das despesas no ano de 2018

As despesas computadas nos fechamentos bimestrais (exceto último bimestre do ano) são as despesas do exercício empenhadas e liquidadas; portanto, não são computadas aquelas que foram empenhadas e não liquidadas. Entretanto, na apuração do resultado primário anual, ao final do exercício foram computadas inscrições em restos a pagar de despesas não liquidadas que não tiveram os empenhos cancelados.

A Tabela 4 apresenta as despesas previstas conforme o Decreto Estadual nº 53.894/2018 e as despesas realizadas ao longo de 2018.

A despesa total realizada, excluídas as operações Intraorçamentárias, atingiu R\$ 56,144 bilhões, portanto, R\$ 1,083 bilhão abaixo da previsão inicial de R\$ 57,227 bilhões.

A despesa primária, exceto as operações intraorçamentárias (isto é, despesa total sem operações intraorçamentárias e excluídas do serviço da dívida e da concessão de empréstimo) chegou a R\$ 52,158 bilhões ficando, desta forma, R\$ 97,6 milhões abaixo do valor previsto, que era de R\$ 52,061 bilhões.

O grupo Juros e Encargos da Dívida foi o que mais se destacou pela execução abaixo do orçamento, R\$ 1,241 bilhão inferior ao previsto. Já os grupos Outras Despesas Correntes (ODC), Pessoal e Encargos Sociais, Investimentos e Amortização da Dívida superaram os valores planejados em R\$ 658,3 milhões, R\$ 246,5 milhões, R\$ 85,2 milhões e R\$ 57,9 milhões respectivamente. Dentro do grupo ODC, o item Distribuição de Receitas do Exercício teve uma execução de R\$ 584,4 milhões acima do previsto.

Tabela 4 – Despesa prevista e realizada no ano de 2018

Em R\$ 1.000¹

DESPESAS	Até 6º Bimestre 2018		
	Previstas Conf. Decreto	Realizadas	Realizadas (-) Decreto
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	28.968.926	29.215.416	246.490
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	3.812.233	2.571.500	-1.240.733
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.548.261	21.206.566	658.305
<i>d/q Distribuição Receitas Exercício</i>	9.760.099	10.344.507	584.408
<i>d/q Demais</i>	10.788.162	10.862.059	73.897
INVESTIMENTOS	1.556.739	1.641.970	85.232
INVERSÕES FINANCEIRAS	95.011	109.280	14.268
<i>d/q Concessão de Empréstimos</i>	12.731	15.032	2.301
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.341.049	1.398.981	57.932
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	904.391	0	-904.391
TOTAL DESPESAS (Exceto Intraorçamentária)	57.226.611	56.143.713	-1.082.898
TOTAL Transferências Intraorçamentárias	12.842.420	13.211.413	368.993
TOTAL DESPESAS	70.069.031	69.355.126	-713.904
Das quais, Despesa Primária Total	64.903.017	65.369.614	466.597
Das quais, Despesa Primária Exceto Intraorçamentária	52.060.597	52.158.201	97.603

FONTE: Decreto Estadual 53.894/2018, com destaque das Despesas Primárias; SEFAZ/RS sistema DW.

¹ Existem expressões de valores ocultas nas unidades inferiores a R\$ 1.000.



4 DA ECONOMIA ORÇAMENTÁRIA PRIMÁRIA EFETUADA EM 2018

A **Tabela 5** traz a limitação de empenho para cada Poder e Órgão de modo a atingir a meta de resultado primário da LDO. É demonstrado, para cada Poder e Órgão: i) dotação inicial do Orçamento; ii) percentual de participação nas receitas e despesas primárias originais do Orçamento; iii) ampliação ou redução da dotação até 31/10/2018; iv) distribuição da parcela correspondente à diferença entre o resultado primário resultante do desdobramento do orçamento e da meta de resultado primário fixada na LDO; v) ganho ou perda de receitas primárias distribuídos na proporção dos respectivos orçamentos originais e; vi) consequente limite de empenho para cada Poder ou Órgão.

A **Tabela 5** demonstra também que o Poder Executivo, o Poder Judiciário, o Poder Legislativo, o Ministério Público e a Defensoria Pública deveriam promover, por ato próprio, contingenciamento, para que fosse atingido o resultado primário fixado na LDO.



Tabela 5 – Contingenciamento requerido para 2018 – desdobramento¹

Em R\$ 1.000²

ESPECIFICAÇÃO	DESPESA PRIMÁRIA ³			MOVIMENTAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS		APURAÇÃO ANUAL DOS RESULTADOS			
	Dotação Despesa Primária Inicial	% Desdobramento	Dotação Despesa Primária alterada em 31/12/2018	Ampliação Dotação Primária	Perda Líquida de Receitas Primárias ⁴	Contingenciamento final necessário para 2018 sobre dotação alterada de despesa primária	Limite de empenho de despesa primária total em 2018, necessário para o Resultado Primário de R\$ 4,237 bilhões	Despesas primárias realizadas até o 6º BIMESTRE	Limite (-) Despesas primárias realizadas
A	B	C	D	E = D - B	F = Ganho ou perda de receita*C/ 100	G	H = D - G	I	J = H - I
Poderes / Órgãos									
Exceto intraorçamentária									
Poder Executivo	36.272.765	85,75%	38.647.454	2.374.689	-4.423.140	6.797.775	31.849.679	36.061.361	-4.211.681
Poder Judiciário	3.570.212	8,44%	4.081.279	511.067	-435.356	946.417	3.134.862	3.304.990	-170.128
Poder Legislativo	1.165.078	2,75%	1.199.289	34.211	-142.071	176.280	1.023.009	1.137.885	-114.876
Assembleia Legislativa	646.454	1,53%	664.526	18.071	-78.829	96.900	567.626	605.564	-37.938
Tribunal de contas	518.623	1,23%	534.763	16.140	-63.241	79.380	455.383	532.320	-76.938
Ministério Público	1.012.095	2,39%	1.044.230	32.135	-123.416	155.549	888.681	1.031.090	-142.409
Defensoria Pública	280.348	0,66%	302.172	21.824	-34.186	56.009	246.163	278.368	-32.206
Total Exceto intraorçamentária	42.300.498	100,00%	45.274.423	2.973.925	-5.158.169	8.132.030	37.142.393	41.813.694	-4.671.301

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA RS.

NOTA 1: A Tabela 5 não considera as transações intraorçamentárias.

NOTA 2: Existem expressões de valores ocultas nas unidades inferiores a R\$ 1.000.

NOTA 3: Despesas Primárias, excluído o elemento 81 – Distribuição de Receitas.

NOTA 4: Frustração de receita primária e de dedução de receitas a menor em relação ao orçamento de 2018, de acordo com demonstrado na Tabela 3. Da frustração total de receita primária de R\$ 5,158 bilhões, foi ajustada a diferença entre o valor previsto e executado de distribuição de receitas para os municípios, conforme demonstrado na tabela 4.